

# Reflexões teóricas sobre as abordagens dos estudos migratórios no período recente: Uma análise das relações de produção à totalidade

Tiago Carlos de Lima Nascimento<sup>1</sup>  
Ricardo Ojima<sup>2</sup>

## Resumo

Os estudos tradicionais sobre migração tem sua origem no século XIX quando se intensificaram os processos de industrialização e ocorreram intensas mudanças na redistribuição espacial da população. Neste trabalho faremos uma análise crítica desses estudos migratórios até o período atual, problematizando o que vem a ser a migração e a população no período atual com um destaque maior para os contextos que envolvem os países de industrialização tardia. Através de uma releitura dos processos de reestruturação produtiva e das questões de classe envolvidas na mobilidade, objetivamos contribuir com os estudos teóricos sobre migração destacando a importância das análises interdisciplinares e da importância de compreendermos a migração como uma totalidade.

**Palavras-chave:** migração, reestruturação produtiva, classe social.

## Introdução

Os estudos tradicionais sobre migração se iniciam com o surgimento do intenso processo de industrialização, as mudanças no modo de produção capitalista e o conseqüente processo de urbanização que caracteriza a lógica de produção atual.

Os autores clássicos, ao iniciarem seus estudos em busca de compreender os processos de redistribuição da população que vinham ocorrendo na Europa durante o século XIX, questionaram-se sobre os motivos que levavam um indivíduo abandonar seu local de residência habitual e buscar nova residência em outros lugares e compreender estes processos.

O trabalho de Ravenstein em 1885 foi pioneiro nos estudos migratórios ao quantificar os fluxos de população no Reino Unido e em seus condados no momento em que ocorria a Revolução Industrial. Em seus estudos ele analisava a distância percorrida para realizar a migração e discute também os fluxos de população em áreas de fronteira e a heterogeneidade étnica do Reino Unido. Os fluxos de população então ocorriam das regiões economicamente menos desenvolvidas em direção as mais desenvolvidas, estes fluxos migratórios eram considerados processos que beneficiavam a modernização do Estado e uma melhoria na qualidade de vida, já que os migrantes tendem a ocupar os grandes centros urbanos ou seu entorno, a depender da etapa da migração em curso. A migração não ocorria de forma direta, a mudança entre o local de origem e o local de destino final envolvia diversas outras etapas de migração, até que o indivíduo chegasse ao seu local de destino final, ou seja, o centro urbano, a cidade economicamente dinamizador (Ravenstein, 1885; Lee, 1966).

A migração era, assim, vista através de um caráter dual, que envolvia a locomoção da população de áreas economicamente estagnadas em direção aos grandes centros de comércio e indústria, que poderia receber esses migrantes como força de trabalho (Lee, 1966). Os fluxos migratórios possuíam rotas bem definidas, formando correntes em pontos específicos do território, local para onde a maior parte da população migrava. Por sua vez, estas correntes migratórias geravam contracorrentes de populações migrantes que retornavam ao seu local de origem. Dessa forma, o que definiria o “sucesso” da migração, isto é, se o migrante ao chegar no local de destino iria ocupar o local definitivamente ou

<sup>1</sup>Geógrafo e Mestrando em Demografia, PPGDEM/DDCA/UFRN.

<sup>2</sup>Sociólogo e Doutor em Demografia, Depto de Demografia e Ciências Atuariais (DDCA/UFRN), ricardo.ojima@gmail.com

se iria voltar ao local de origem são os fatores positivos ou negativos nos espaços de migração, ou seja, as características que viabilizam a instalação do migrante no novo local ou que dificultam a sua adaptação (Lee, 1966).

Os modelos de migração que tratam dos países subdesenvolvidos baseiam-se nos fluxos migratórios do campo em direção à cidade. Isto se deve a baixa renda proporcionada pelas relações de trabalho desenvolvidas na estrutura fundiária dos países subdesenvolvidos, enquanto que as cidades proporcionam uma maior diversidade de trabalhos e atividades que proporcionam uma renda maior e uma melhor qualidade de vida. Assim, a capacidade de oferta de força de trabalho nos centros urbanos seria composta de um contingente populacional fixo mais um excedente da força de trabalho proveniente dos migrantes camponeses. Destarte, através desta relação da oferta da força de trabalho por parte da alteração do contingente populacional e da oferta de empregos nos centros urbanos, serão regulados os salários (Harris, Todaro, 1970).

A multidisciplinaridade é uma característica dos estudos migratórios desde sua origem. Temos a colaboração de autores provenientes de diversas áreas da ciência capazes de analisar os processos migratórios através de diversas perspectivas, mais notadamente nos autores clássicos, da economia. Esta maior ênfase na abordagem economicista se deve ao intenso processo de industrialização que os países vinham passando neste período. As intensas mudanças no modo de produção e nas relações de trabalho causaram intensos fluxos populacionais que não haviam sido experimentados antes na sociedade capitalista.

No entanto, apesar da contribuição de diversas ciências para a compreensão do que seja a migração, esses estudos clássicos não conseguiram compreender a migração em sua complexidade. Os diversos elementos socioespaciais e ambientais que envolvem os fenômenos migratórios apresentam desafios para compreendermos os fluxos populacionais no mundo atual, e é através de uma perspectiva interdisciplinar que pretendemos dar nossa contribuição para esta compreensão.

### **População e Migração**

Para compreendermos a migração, isto é, o migrante enquanto grupo social, é necessário refletir sobre o que é a “população”. O conceito para este termo pode ser encontrado em diversas áreas da ciência, mas o que queremos destacar é que não podemos considerar a população somente como uma abstração numérica da “quantidade de pessoas”.

Historicamente, a população aparece como um dado, como campo de finalidades técnicas do governo, como um campo de intervenção ao qual se objetiva as normas. Neste movimento se isola a economia como um domínio específico (Foucault, 2008) o qual não poderia ser dissociado de um conceito mais abrangente da população, visto que é o emprego da força de trabalho por parte da população que produz as relações de produção (Marx, 2011).

A população possui suas próprias leis de transformação, de deslocamento, e é submetida a processos naturais tanto quanto à própria riqueza. Por outro lado, outra característica específica da população é que se produz entre cada um dos indivíduos e todos os outros toda uma série de interações, de efeitos circulares, de efeitos de difusão que fazem que haja, entre um indivíduo e todos os outros, um vínculo que não é o vínculo desejado pelo Estado, ele é espontâneo (Foucault, 2008). Assim, a população aparece como uma realidade muito mais densa e complexa para ser compreendida através dos diversos enfoques científicos necessários a compreender o mundo atual.

A mobilidade da população está ligada ao sentido de liberdade. Ao direito de ir e vir, a possibilidade de movimento, de deslocamento, de circulação de coisas e de pessoas (Foucault, 2008). No mundo pós-moderno, os deslocamentos populacionais ocorrem de forma fluida, proporcionada pelo avanço da técnica, diminuição do tempo de viagem e possibilidades mais amplas de instalar residências. A capacidade de decisão do ato de migrar tornou-se muito mais ampla no período recente.

Viagens de avião, o aumento do número de estradas e automóveis, a construção de condomínios fechados distantes dos centros urbanos, o uso da informática, permitiram uma maior capacidade de mobilidade para a “população”.

As relações socioespaciais desiguais desenvolvidas no período de reestruturação produtiva, a desconcentração do capital nos tradicionais centros urbanos e sua redistribuição no território caracterizam novas características no processo de redistribuição da população (Harvey, 2010; Soja, 1993).

### **O período de industrialização**

Por volta da década de 70, os estudos sobre o urbano no Brasil foram influenciados pelas teorias da economia política e as análises marxistas sobre os processos de industrialização (Abreu, 2002). Conseqüentemente, este enfoque teórico influenciou também os estudos sobre migração e mobilidade populacional.

A análise marxista sobre o processo de industrialização dá uma importante contribuição para entendermos os processos de distribuição da população, mais especificamente nos países subdesenvolvidos. A Revolução Industrial que se deu no século XVIII na Inglaterra e depois se expandiu para a Europa Ocidental e América do Norte, resultando no sistema econômico dos países capitalistas desenvolvidos de hoje em dia, diferem dos processos de industrialização nos moldes capitalistas mais recentes, como os que ocorreram nas ex-colônias européias da América Latina, Ásia e África, condicionando tipos diferentes de fluxos migratórios (Singer, 1973).

Esses processos diferenciados de industrialização, além de consistirem em mudanças nas técnicas de produção, causam profundas alterações na divisão social do trabalho (Singer, 1973). As atividades manufatureiras, a economia tradicional, e as práticas camponesas são destruídas por um processo de expropriação de terras, aglomerando grandes quantidades do proletariado nos centros urbanos em busca de condições para se reproduzirem socialmente (Singer, 1973; Martins, 1993).

A concentração do capital e a concentração espacial das atividades econômicas possuem um nexo muito importante no capitalismo, as empresas beneficiam-se das economias de aglomeração, isto é, benefícios concedidos por arranjos institucionais, especulação imobiliária, e também, a concentração da força de trabalho, do exército industrial de reserva nos grandes centros urbanos, regulando os salários a serem pagos sempre a um mínimo possível (Singer, 1973; Becker, 1997).

As teorias marxistas sobre desigualdade regional, urbanização e fluxos populacionais deram uma importante contribuição para os estudos migratórios, perfazendo uma análise crítica dos estudos tradicionais sobre a migração, e auxiliando na compreensão dos processos em curso nos países subdesenvolvidos.

Contudo, as análises marxistas sobre mobilidade da população vem perdendo seu fôlego e capacidade explanatória para os atuais processos migratórios em curso (Ojima, Baeninger, 2008). Necessitando de análises mais coerentes com as formas de produção atuais, e um diálogo mais aberto com as ciências “mais quantitativas”. Que viabilizem a mensuração da quantidade destes migrantes, seus locais de origem, destino, etapas percorridas e a espacialização de sua ocupação.

### **Os fluxos migratórios contemporâneos**

Os movimentos migratórios são condicionados pelo capital, que pode ou não dinamizar a economia dos territórios, regiões ou lugares, interferindo ou não as decisões dos indivíduos de migrar para o (des)conhecido ou permanecer no lugar social. Em alguns casos, a migração caracteriza-se como a única alternativa de sobrevivência, em outros está relacionada à possibilidade de manutenção do status social e econômico do migrante, como no lugar de origem (Bomtempo; Sposito, 2010). Contudo,

os espaços urbanos vem se reestruturando em novas formas de produção, atravessando um processo de desconcentração metropolitana ou de desmetropolização, termos utilizados para o maior crescimento relativo nas áreas periféricas das metrópoles, ou mesmo o crescimento maior de áreas fora da região metropolitana (Marandola, Ojima, 2013).

Os fluxos migratórios e a mobilidade urbana interna tomaram assim novas formas através dessas mudanças nas lógicas de produção. Apoiados pelo avanço da técnica, ampliação dos meios de mobilidade, ampliação dos meios de comunicação, formam-se novas complexidades na rede urbana, destacando a importância das pequenas e médias cidades, que se articulam de forma mais intensa e sem a influência direta do grande centro urbano (Marandola, Ojima, 2013). Destarte, os fluxos migratórios neste período de reestruturação econômica nos países em desenvolvimento possuem esta característica menos polarizadora em direção aos grandes centros urbanos e dando destaque a fluxos migratórios policentrados, muitas vezes que desempenham uma determinada atividade econômica incentivada por fatores locais que beneficiam a sua produção.

Assim, as teorias sobre migração já exploradas vêm perdendo sua capacidade explicativa nesse mundo fluido e dinâmico. O forte processo de internacionalização da economia e a reestruturação proveniente nos países subdesenvolvidos, modificaram expressivamente o processo de acumulação de capital, sem, no entanto, ter alterado substancialmente os desequilíbrios regionais já existentes e as desigualdades regionais que caracterizam os países de industrialização tardia. Dentro de aglomerados metropolitanos no Brasil já nota-se uma tendência de maior crescimento nos municípios periféricos do que o crescimento identificado nas capitais, evidenciando um processo de inversão espacial do comando do crescimento demográfico metropolitano, acelerado por saldos negativos dos fluxos migratórios entre as capitais e os demais municípios metropolitanos brasileiros (Brito, 2009).

Considerando que o trabalhador não adquiriu uma nova possibilidade de escolher seu local de moradia, sua liberdade em escolher o local de migrar, visto que o modo de produção capitalista ainda impõe com bastante pujança sua força no mundo atual, especialmente nos países subdesenvolvidos. De qualquer forma, é evidente que estes novos padrões de produção colocaram em movimento novos fluxos migratórios que se apresentam como novos desafios a serem compreendidos.

O mercado de trabalho tornou-se extremamente rígidos, com requisitos educacionais de especialidade técnica elevados e bastante específicos. A cadeia produtiva desses processos reestruturantes são criteriosamente excludentes, tornando o direito a mobilidade, a liberdade de ir e vir, cercada pelos ditames das necessidades capitalistas, aumentando os mecanismos de exclusão e discriminação aos mais pobres (Brito, 2009). Os fluxos migratórios, mais do que antes, surgem com uma profunda desigualdade nas relações de classe. Com diferenças profundas na qualidade do trabalho, nas possibilidades de rendimento, e condições dignas de vida.

### **A complexidade dos estudos migratórios: à guisa da totalidade**

A migração, em seu sentido mais amplo, necessita ser vista em sua totalidade, isto é, ser analisado os diversos fenômenos e processos que envolvem as migrações e os migrantes em seu local de origem e no local de destino.

Para compreendermos a migração em sua totalidade, é necessário partir de outros paradigmas além das teorias tradicionais e das análises puramente economicistas. A esfera política, em uma primeira dimensão, estabelece políticas migratórias na esfera internacional, estabelecendo aspectos positivos ou negativos que influenciam a migração. Numa segunda dimensão, o direito à mobilidade espacial deve estar articulada ao direito de uma mobilidade social, articulada com os ideais de justiça e de dignidade do indivíduo que devem ser mantidos pelo Estado (Brito 2009), principalmente nas migrações internas em regiões rurais, onde a capacidade de exploração da força de trabalho nos latifúndios podem chegar aos extremos da escravidão.

Numa terceira dimensão, é importante destacar o papel dos gestores políticos não especificamente na migração, mas na mobilidade populacional dos centros urbanos. Nas metrópoles, onde se localiza a maior parte do excedente da força de trabalho, as exigências do mercado de trabalho é que se intensifique a mobilidade intrametropolitana, inclusive a pendular (Brito, 2009). É importante destacar que a relação de identidade que o migrante possui com seu território de origem é muito forte, assim ele reproduzirá os elementos, os signos culturais que havia no seu local de origem. Não é somente o indivíduo que migra, mas também todo um conjunto de símbolos, costumes, expectativas que compõe o grupo migrante. Esta relação com o território perpassa a fronteira política de territórios, estando ligada diretamente com os símbolos culturais e o espaço vivido dos migrantes (Haesbaert, 2011).

A questão ambiental também torna-se uma importante abordagem a ser discutida. No cenário atual de mudanças climáticas este tema ganha destaque pelos diversos modelos de cenários possíveis que foram elaborados pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). A atual crise econômica européia, por exemplo, motivou reações de protecionismo ao mercado de trabalho da região através da redução para cinco anos de direito de trabalho de estrangeiros no Reino Unido. Segundo algumas estimativas, haverá cerca de 200 milhões de pessoas migrando por causa de necessidades causadas pelas mudanças climáticas. Como, então, lidar com essa “nova” categoria de movimentos populacionais que, de certa forma, podem ocorrer de uma hora para outra? (Ojima, 2012).

A própria forma de usar a cidade, a escolha do local de residência, as formas de utilizar o espaço das cidades, as formas de habitar, no sentido que ajude esse grupo a viver (Lefebvre, 2008), são fenômenos que delimitam o local de moradia na cidade, seja um local mais apropriado para constituir uma família, uma vizinhança mais agradável, residir em bairros menos caóticos são fenômenos que aumentam a mobilidade intrametropolitana.

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa idéia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes (Santos, 2009). Dentro desta perspectiva, para compreendermos a migração em sua complexidade, em sua totalidade, é necessário que conheçamos todas as partes, todos os processos que envolvem a migração. Portanto, a idéia de encontrar uma teoria que dê conta de abarcar a migração em toda a sua diversidade torna-se uma tarefa arriscada dado a multiplicidade que estes processos migratórios ocorrem. Faz-se necessário estudos interdisciplinares, o diálogo entre diversas áreas da ciência, para que possamos evoluir este debate e contribuir para os estudos sobre migração.

### **Considerações finais**

A migração por si só não é um fenômeno isolado, é um conjunto de processo que devem ser analisados em suas interrelações. Os fluxos populacionais alteraram sua tradicional lógica das migrações do campo em direção à cidade. No mundo dito globalizado, ganha mais destaque as migrações do urbano em direção ao urbano. Contudo, as desigualdades nas relações de classe tornam-se mais acentuadas no período atual quando falamos sobre migração. A tecnificação da força de trabalho privilegia aqueles que tiveram um maior acesso a educação e especialização de sua mão de obra, para esta classe privilegiada os rendimentos são mais altos, a qualidade de trabalho superior e a decisão do local que irá migrar é menos condicionada às relações de produção capitalista, tendo o indivíduo alguma capacidade de escolha do local para o qual irá migrar.

A classe menos abastada, o proletariado, continua condicionado a migrações em busca de trabalho com o diferencial de que os grandes centros urbanos não são mais os principais locais de

atração de mão de obra, mas sim as pequenas e médias cidades (no período de modernização brasileiro), que atraem a população e possuem as maiores taxas de crescimento relativo. O desenvolvimento da técnica e as vantagens locacionais aproveitadas nestes novos processos de reestruturação da produção econômica, permite que o excedente da força de trabalho não necessite mais se aglomerar num único local, podendo mobilizar o excedente da força de trabalho quando for necessário.

O tema da mobilidade urbana ganhou grande destaque com os recentes protestos que ocorreram no Brasil. Afinal, os protestos se iniciaram através das reivindicações por melhorias no transporte público, pela melhoria no seu direito de ir e vir, por um acesso à cidade mais justo. A migração dialoga com este tema de forma muito direta já que o aumento da distância casa-trabalho, a expansão das cidades-dormitório, e o aumento do fluxo interno das cidades-região torna a tarefa de distinguir a migração da mobilidade uma tarefa muito extenuante, e nesse caso, talvez desnecessária. O contexto que une esses temas é a vulnerabilidade dos grupos sociais através das distâncias percorridas nos seus atos de residir e se reproduzir socialmente.

Dada as características plurais dos processos migratórios, consideramos que a análise feita sob um único viés científico tenderá a mostrar uma visão limitada e parcelar dos processos migratórios. Enfatizamos que os estudos multidisciplinares ainda não dão conta de captarmos os processos que envolvem a migração como uma totalidade. Destacamos a importância e avanço de estudos interdisciplinares, não somente a abordagem de diversas áreas do conhecimento sobre um determinado objeto como ocorre em diversos estudos multidisciplinares, mas a articulação desses campos do conhecimento entre si para viabilizarmos o conhecimento sobre migração em suas diversidades.

## Referências

- Abreu, M.A. (2002) A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: Oliveira, L.L. Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas.
- Baeninger, R. Ojima, R. (2008). Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços de migração. *Papeles de Población*. Vol. 14, No. 58. octubre-diciembre. pp. 141-154.
- Becker, O.M.S. (1997). Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: Castro, I.E. Gomes, P.C.C. Corrêa, R.L. (Orgs). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Brito, F. (2009). As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Apresentação de trabalho, ABEP, 2009.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, SP: M. Fontes.
- Haesbaert, R. (2011). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Harris, J.R. Todaro, M.P. (1970). Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis. *The American Economic Review*, Vol. 60, No. 1, pp. 126-142.
- Harvey, D. (2010). *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, SP: Ed. Loyola.
- Lee, E.S. (1966). A Theory of Migration. *Demography*, Vol. 3, No. 1, pp. 47-57.
- Lefebvre, H. (2008). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Martins, J.S. (1993). *A chegada do estrangeiro*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ.

- Ojima, R. (2012). Mais quente e mais cheio? Alguns mitos e outras verdades sobre população e mudanças climáticas. In: Martine, G. População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais. Belo Horizonte, MG: ABEP.
- Ojima, R. Marandola, E. (2012). Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 14, No. 2.
- Ravenstein, E.G. (1885). The Laws of Migration. Journal of Statistical Society of London, Vol. 48, No. 2, pp. 167-235.
- Santos, M. (2009). A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, SP: EDUSP.
- Singer, P. (1973). Economia política da urbanização. São Paulo, SP: Ed. Brasiliense.
- Soja, E.W. (1993). Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar.
- Sposito, E.S. Bomtempo, D.C.Sousa, A.A. (2010). Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo, SP: Expressão Popular.